



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

A RESISTÊNCIA E LUTA POR DIREITOS E A [DES] CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA ATUALIDADE: ALGUMAS REFLEXÕES

Jaime Junior da Silva Mendonça, UFPA

Fernando Teixeira da Silva, UFPA

Emanuela Santos dos Santos, UFPA

RESUMO: Os movimentos sociais no Brasil sempre foram alvos da chamada “grande mídia brasileira”. Os meios de comunicação de massa, sob o domínio das classes dominantes, transmitem com sua força de opressão ideológica à sociedade, que as organizações sociais são movimentos que desagregam o sistema social, político e econômico do país. O presente artigo visa fazer uma análise, sob uma ótica crítica, da cobertura midiática das ações dos movimentos sociais, principalmente nas últimas trinta décadas, em que sempre são considerados como desordeiros pela mídia. A metodologia utilizada aconteceu por meio de pesquisa bibliográfica e documental de certa forma estamos falando de uma abordagem etnográfica. Para efetivação dessa política e os desafios enfrentados para a legitimação dela nos dias atuais e partindo do pressuposto de que a política é um fenômeno historicamente construído, chegamos ao recorte de que os Movimentos Sociais são uma prática cotidiana e decisiva em nossa futura formação profissional.

Palavras-chave: Movimentos Sociais - Criminalização - Educação.

INTRODUÇÃO

A criminalização dos movimentos sociais na mídia é histórica. A expressão “movimentos sociais” tem um sentido muito abrangente. Podemos conhecê-los nas mais diversas abordagens, mas de maneira geral, aglutinam setores afins da população, com o objetivo de reivindicar e defender os interesses comuns.

Segundo LAKATOS (1985) “os movimentos sociais derivam das insatisfações e das contradições existentes na ordem estabelecida, originam-se em uma parcela da sociedade global e apresentam certo grau de organização e de continuidade”.

O objetivo deste artigo compreender o conflito entre a ação dos movimentos sociais e a interpretação dada pela sociedade a partir das informações transmitidas pela mídia,



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL

30 de julho a 01 de agosto de 2014

mais precisamente, como o receptor midiático assimila o conteúdo repassado por intermédio dos meios de comunicação, que possui uma postura ideológica e política em relação à estrutura e a organização da sociedade, mais especificamente sobre os movimentos sociais. Para responder a esta questão, torna-se necessário discutir e compreender os conceitos de mídia, seu raio de influências e a ideologia oculta “imposta” para, posteriormente, entender sua relação com as organizações sociais, as intenções e os interesses almejados por aqueles que detêm os meios midiáticos sob seu poder.

MOVIMENTOS SOCIAIS NA ATUALIDADE

“Movimentos sociais são fenômenos históricos, decorrentes de lutas sociais. Colocam atores específicos sob as luzes da ribalta em períodos determinados. Com as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil e política, eles se transformam” (Gohn, 2007, p.19-20).

No Brasil, nos últimos períodos, sobretudo nas últimas duas décadas os movimentos sociais sofreram radicais mudanças/transformações que, segundo Gohn (2007), mudanças advindas do período conhecido como “década neoliberal”. Dentre essas transformações pode-se identificar o papel de destaque da Ongs como direção dos movimentos sociais; houve um predomínio das Ongs como direção política dos espaços de organização.

Segundo Gohn ainda, os movimentos sociais populares perderam sua força mobilizadora, pois as políticas integradoras exigiram a interlocução com organizações institucionalizadas. As Ongs ganharam poder e projeção, sobretudo, pelas parcerias edificadas com o poder público.

Para melhor entendimento acerca dessa temática, faz-se necessária uma breve contextualização acerca dos movimentos sociais. De início cabe destacar que conforme a autora ainda, a ausência na literatura de obras baseadas na análise dos movimentos sociais brasileiro e latino americano fez com que houvesse uma inadequação do uso de teorias elaboradas no exterior, principalmente inspirados pelo silêncio sobre o paradigma norte-americano.



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL

30 de julho a 01 de agosto de 2014

Segundo Gohn, (2007) “não há teoria, concepção e tipo únicos de movimento social” e, “Há várias teorias formadas em paradigmas teóricos explicativos” (p.327).

Pode-se definir movimento social como “fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais e se transformam”, segundo Gohn (2007, p.20), embora essa definição caiba uma série de outras análises, tendo em vista que, pela sua mobilidade e flexibilidade no entendimento social tenda a ter um caráter de transitoriedade. Os movimentos sociais transitam, fluem, acontecem em espaços não consolidados das estruturas e organizações sociais (p.12). Conforme destacado, não há um conceito, mas vários conceitos que podem efetuar aproximações acerca de sua definição e, para Habermas “são inovadores e atuam como “lentes””.

Os movimentos sociais são definidos como fluidos, fragmentados, perpassados por outros projetos sociais, “como uma aranha eles tecem redes que se quebram facilmente, dada sua fragilidade” (p.343)

No Brasil e na América Latina, os movimentos sociais nos anos de 1970 são inspirados nos dilemas da doutrina marxista, identificados pela contradição e luta de classes. Pós anos de 1980, o chamado novo movimento social apresenta-se com identidade e, na busca pela legitimação de sua autonomia. Pós anos 1990 verifica-se uma refração dos mesmos, havendo flagrante decréscimo da militância. Conforme Gohn (2007, p. 339) ainda, os movimentos sociais passaram a ser ritmados por reivindicações mais globais, como por exemplo, os movimentos antiglobalização, em defesa do meio ambiente e como o Fórum Social Mundial. Na mesma medida estes passam a ter uma militância mais seletiva e qualitativa que segundo a autora ainda, passam a ter mais racionalidade e estratégia e menos ação, mais formas de menos esperança de transformação.

Os movimentos sociais se qualificam por serem movimentos de segmentos excluídos, usualmente pertencentes às camadas populares; se constituem em movimentos de luta por melhores condições de vida e de trabalho, no meio urbano ou rural, destacando-se aqui o exemplo dos Movimentos do Sem Teto e Movimento do Sem Terra; e, são movimentos globais ou globalizantes como o exemplo do Fórum Social Mundial.



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

Segundo Gohn (2007), ainda,

“... Nunca haverá uma teoria completamente pronta e acabada sobre eles (movimentos sociais). Trata-se de uma característica do próprio objeto de estudos. Os movimentos são fluidos, fragmentados, perpassados por outros processos sociais. Como uma teia de aranha eles tecem redes que se quebram facilmente, dada sua fragilidade.... Mas, sempre presentes” (p.343).

No novo século, novos personagens entram em cena quando se promove a discussão acerca dos movimentos sociais: se achegam a estes, interesses de classes específicas, como o movimento em defesa das etnias, como o caso do movimento negro e seu emblemático debate acerca das cotas nas universidades, os movimentos gays com interesse específico na defesa da legalização da união homo afetiva, dentre outros.

Nessa nova configuração, o tema dos movimentos sociais deixa de ser objeto de pesquisa apenas do mundo acadêmico e passa a constituir objeto de interesse das Ongs e outra entidades do terceiro setor, assim como do universo público. Todos como a mesma perspectiva: é necessário entender para intervir nessa “nova” realidade social. Um exemplo disso é a constituição do “Observatório Social da América Latina”, o qual traz importantes considerações acerca dos movimentos sociais na América Latina, como a importante descrição do vínculo histórico entre os movimentos sociais e os partidos políticos. Entende-se, nesse sentido que, a identidade política dos movimentos sociais não é único, mas podendo variar em contextos e conjunturas diferentes.

Nessa temática uma importante preocupação é a tendência contemporânea do olhar direcionado ao sujeito social, ou seja, multifacetada, onde os princípios individuais se sobrepõe ao coletivo, dando uma conotação pseudo-coesão, e, nessa perspectiva o sujeito social passa a ser analisado numa intimidade que faz com que se perca a força coletiva. Trata-se de ter uma visão multifacetada em relação ao sujeito social, e, sozinhos esses múltiplos sujeitos perdem sua força coletiva e ainda, o ponto de convergência para a ser o próprio Estado; tem-se como medida a execução de tarefas programadas (analisadas, avaliadas e monitoras pelo próprio Estado!)

Os sentidos de justiça social, igualdade, cidadania, emancipação e direitos passam a dar lugar a outras categorias como capital social, inclusão social,



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

reconhecimento social, empoderamento da comunidade, autoestima, responsabilidade social, sustentabilidade, entre outros.

Nesse contexto do “novo” mundo do trabalho, observa-se a diminuição de emprego na economia formal e o crescimento das atividades informais, do processo de terceirização da produção, do “semitrabalho e do não trabalho”. Mais que o reiterado processo de mais valia absoluta descrito por Marx ao abordar o movimento do capital na sociedade do trabalho, tem-se de forma ainda mais ampliada o exercito de reserva, agora travestido sob a forma da grande massa de desempregados e, não raro, também agonizante das políticas públicas, subalternos de políticas sociais fragmentadas, cujo pai Estado, relega seus filhos ao abandono.

Nessa perspectiva, esse mesmo Estado sai as ruas e à mídia televisiva, sobretudo, conclamando à sociedade a se “engajar” nos movimentos solidários, nas Ongs (espaço ocupado por instituições situadas entre o Estado e o mercado) e, a se responsabilizar por segmentos carentes de políticas sociais inclusivas, cuja tônica, não raro, tem como meta a promoção da inclusão de segmentos populacionais, excluídos do pertencimento ao processo de edificação da cidadania. Ora, tomar para si a responsabilidade de cuidar dos frutos da mazela do capital, assumindo a assim, a responsabilidade de guarnecer a população não grata pelo mundo do capital e pelo mercado: esse passa a ser o discurso emblemático assumido pela “burguesia”. Estudos apontam que a maioria das ações edificadas para “resgate da cidadania” instituídas pelas Ongs contam com a significativa colaboração da classe média, e, da classe que vive do trabalho.

Segundo Neto (2003) o capital monopolista impera na medida em que se refaz e credita ao Estado e a sociedade civil a resolução de suas mazelas, ou seja, os frutos das desigualdades edificadas pelo capital monopolista são “acudidos” pelo Estado e, pela sociedade civil, através de ações quase sempre paliativas: o capital opera a orquestra da desigualdade, mas, isenta-se da cena principal e, quando presente é mero expectador no aguardo das honrarias advindas às suas benesses, obviamente demarcadas elas isenções fiscais.



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

Nesse cenário as Ongs figuram como instrumentos de mediação entre coletivos organizados e o sistema de poder governamental e também entre os grupos privados e instituições não governamentais, cujo objetivo maior é a oferta de serviços, cujo “esforço” estatal e do capital não conseguiram edificar o alcance e resolutividade necessários. Via de regra, fortalecem-se políticas de apoio a Economia Solidária, que segundo Gon fortalece o local via políticas públicas locais de geração de renda e empreendimentos de economia solidárias nos seus mais diversos tipos e segmentos.

Os anos pós 1990 foram marcados por uma “nova” forma do Estado se relacionar com a sociedade civil organizada. Trata-se de um momento de reorganização do Estado enquanto “centro operacional” do bem estar social. Aquele Estado protetor, o Welfare State, parece de fôlego e cai de joelhos os ditames neoliberalistas que, em pedunia, opera a orquestra que dará o tom ao social que agoniza pela distância, ineficiência e, não raro, ausência deste Estado.

Os movimentos sociais nesse contexto perdem espaço de ação e autenticidade no âmbito de suas reivindicações. Há uma evidente refração de sua função enquanto elemento questionador e reivindicador no contexto social. Contudo, há que se considerar que, conforme Gohn (p.20), “enquanto a sociedade não resolver seus problemas básicos de desigualdade sociais, opressão e inclusão, haverá lutas, haverá movimentos... e haverá teorias para explicá-los”.

CONCLUSÃO

Este estudo permite compreender o período de 1964 a 1984 que foi drasticamente marcado pela repressão, censura e violência contra toda e qualquer manifestação de esquerda. Os militares não pouparam esforços para reprimir os movimentos de esquerda que vinham se articulando no país. Estavam no centro desses movimentos temas como a reforma agrária, o voto do analfabeto, o imperialismo, a agitação camponesa, o movimento operário, a nacionalização de empresas americanas.

O Movimento Estudantil, sendo um movimento de esquerda naquele momento, também foi alvo da repressão, em todo o país. Os estudantes tinham uma forte organização, o que ameaçava os interesses dos militares e seus parceiros, afinal o (ME)



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

é um fator extremamente relevante no processo de formação do estudante, pois tem potencial para contribuir com a formação crítica, ética e política a partir da atuação vivenciada no cotidiano do movimento. Com isso eles lutavam contra todo tipo de injustiça, não ficando restrita sua atuação apenas a questões educacionais.

A quebra da ordem institucional foi tratada pela mídia, desde o primeiro momento, como “Revolução Militar de 1964” e o marco inicial como se fora em 31 de março, para fugir da coincidência do Dia da Mentira, que o povo brasileiro celebra no dia primeiro de abril.

O golpe foi uma ação das lideranças das forças armadas articulada com boa parte da elite civil, também no Pará. Isso fica bem claro não só pelo apoio explícito de parte expressiva das lideranças políticas, como também pelo envolvimento de empresários, que cediam veículos, instalações físicas, máquinas e equipamentos para suporte dos golpistas.

A exemplo de São Paulo, onde o jornal *Folha de S. Paulo* cedeu seus veículos às forças policiais e militares para o trabalho de perseguição às lideranças estudantis, sindicais e políticas, em Belém, uma das empresas identificadas foi a Construções Amazônia (Conama), de Otávio Pires, que forneceu veículo aos repressores, que vigiavam as pessoas sem serem identificadas como policiais.

Após uma análise breve nesse trabalho, ficou evidente a falta estudos sobre o impacto que a repressão causou na região norte, bem como aponta para a necessidade de se formar um banco de dados sobre esta história do movimento estudantil, seja por meio de documentos que possam estar em posse de seus protagonistas ou por intermédio de entrevistas a pessoas que vivenciaram o período. Afinal, durante todo o percurso deste estudo houve muita dificuldade para localizar fontes bibliográficas sobre o movimento estudantil e a repressão política sofrida pelos paraenses, na Amazônia e no Brasil.

REFERÊNCIAS



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. Movimento estudantil e consciência social na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

BRANCO, Carlos Castelo. Os militares no poder. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

DEIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1987.

GOHN, Maria da Gloria. Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e revolucionários – Nos tempos da Imprensa Alternativa. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

LAKATOS, Eva Maria Sociologia Geral. São Paulo, Atlas, 1985.

NASCIMENTO, Francisco Ribeiro do. Páginas de resistência. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

NUNES, André Costa. 1964: Relatos subversivos – Os estudantes e o golpe militar no Pará. Belém: Ed dos Autores, 2004.

REZENDE, Maria José. A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e Pretensão de Legitimidade – 1964-1984. Londrina (PR): Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2001.

RIBEIRO, Expedito Leal. Um jornal de campanha. Campinas (SP): Editora Komedi, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.